



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1 MINUTA DA ATA DA 26^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ

2 *Aguardando aprovação na 81^a R.O. CERHI-RJ, em 04/07/2018*

3
4 Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, no auditório do INEA, na Av. Venezuela nº
5 110, 6º andar, Saúde, RJ, com início previsto as 09h30min, realizou-se a 26^a Reunião Extraordinária do
6 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, e contou com a presença dos(as) senhores(as): **membros**
7 **titulares**: Lívia Romano (SEA), Larissa Ferreira (Substituto - INEA), Daniela Vidal Vasconcelos (Prefeitura
8 Municipal de Volta Redonda), Fernanda Ferreira de Souza (Substituto - Grupo Águas do Brasil), José Gomes
9 Barbosa Júnior (Light Energia), Maria Aparecida Pimentel Vargas (ABRAGEL), Zenilson Coutinho (ASFLUCAN),
10 Mario Porto dos Santos (APEDEMA), Carlos Eduardo Martins de Souza (ACAMPAR-RJ), José Paulo Soares de
11 Azevedo (COPPE/UFRJ), Friedrich Wilhelm Herms (UERJ), Humberto Albuquerque (ABAS), Vera Lúcia Teixeira
12 (CBH MPS), Rodolfo Coimbra (Substituto CBH Macaé); Rafaela Facchetti V. Assumpção (CBH Piabanha), Izidro
13 Paes Leme Arthou Sildecir (CBH BG); **membros suplentes**: Wallace Serafim Pavão (SEA), Keila Ferreira da
14 Silva (Prolagos S. A.), Adelfran Lacerda de Matos (Águas do Paraíba), Markus S. W. Budzynkz (ADEFIMPA-RJ),
15 Eloisa Elena Torres (Instituto Baía de Guanabara), João Gomes de Siqueira (UENF), Arnaldo Villa Nova (CBH
16 LSJ); **ausências justificadas**: Eliane Barbosa (SEA), Giselle de Sá Muniz (SEA), Fernando David de Souza (DRM-
17 RJ), Anna Gayoso (PGE), Vinicius Crespo (Fecomércio), Flávia Lanari Coelho (APALMA), Yara Valverde (CI),
18 Daniele G. Nunes (IFRJ), François Lopes Alves (IBDA), José Alfredo C. Sertã (ABES), Lícius de Sá Freire (CBH
19 R2R); **ausências**: Adriana de Fátima R. Lustosa da Costa (Ministério do Meio Ambiente), Elaine Cristina C.
20 Fidalgo (Empraba Solos), Marina Bez (FIPERJ), Laize Rafaelle Aguiar do Santos (Prefeitura Municipal de
21 Sapucaia), Joiciara Maia (Prefeitura Municipal de São João da Barra), Sildecir Alves Ribeiro (Prefeitura
22 Municipal de Itaocara), Helan A. Cardozo (Prefeitura Municipal de Silva Jardim), João Alberto Antunes Ribeiro
23 (Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu), Mayná Coutinho Morais (CEDAE), Ivan Sá Earp (FIRJAN),
24 César Bassi Costa (Eletrobrás), Rolf Dieringer (Sindicato dos Produtores Rurais de Cachoeiras de Macacu),
25 Alessandra Seródio (FAERJ), Maicon A. R. Carvalho (SindPesca RJ), Carlos V. N. Tavares (APROMEPS), Maria
26 Eduarda Ribeiro Silva (NEA-BC), José Miguel da Silva (Ecocidade Cidade), Alexandre A. de Souza (AHOMAR),
27 Miguel Fontes de Souza (Instituto Ambiental Conservacionista 5º Elemento), Hilário de Magalhães Santos
28 (CBH BPSI), Décio Tubbs Filho (CBH Guandu), Thiago Oliveira Menezes (CBH BIG), Eduardo Dantas (CEIVAP);
29 **convidados**: Tatiane Araújo (SEA/INEA), Alexandre Spíndola (INEA), Nelson Reis (OMA-BRASIL). Após
30 verificação de quórum a reunião teve início às 10h35min, com o único item de pauta: PROGESTÃO: a)
31 Aprovação do Plano de Capacitação, b) Aprovação do Plano Plurianual de Investimentos e c) Aprovação do
32 formulário de autoavaliação das variáveis estaduais. **Item único: PROGESTÃO: a) Aprovação do Plano de**
33 **Capacitação**. A Presidente do Conselho iniciou a reunião desculpando-se pelo seu atraso. O Sr. José Paulo
34 falou que é um dos membros do grupo de trabalho do PROGESTÃO e que este grupo tem o objetivo de
35 discutir as proposições do PROGESTÃO e que nenhuma das reuniões realizadas pelo grupo teve uma
36 discussão sobre este assunto e que discordava das aprovações às vésperas do prazo para a entrega dos
37 documentos do PROGESTÃO. A Sra. Lívia Soalheiro iniciou a apresentação e explicou que o PROGESTÃO é
38 um projeto da Agência Nacional de Águas com o objetivo do fortalecimento do Sistema de Gerenciamento
39 Estadual de Recursos Hídricos, tendo assim uma coligação forte com o Conselho Estadual. É o Conselho
40 Estadual que aprova as metas que irão ser cumpridas ao longo desse contrato, que também avalia o
41 cumprimento dessas metas, que aprova os planos de capacitação e o plano plurianual, que faz o
42 acompanhamento desse programa que teve seu início em 2013. Seu primeiro ciclo em 4 (quatro) anos, mas
43 consideram 5 (cinco) anos. No primeiro ciclo era pouco desafiador para o Estado do Rio de Janeiro,
44 esclarecendo que segundo ciclo estava sob a responsabilidade da Sra. Gabriela Campagna (SEA). A Sra. Lívia
45 falou que assumiu o segundo ciclo do PROGESTÃO no início do mês de abril e que vai entregar os relatórios e
46 apresentação do plano de capacitação. Explicou que tentou fazer um resgate do plano de capacitação e que
47 são muitas variáveis, aproximadamente 30 (trinta). As variáveis Estaduais não tem exigência de cumprimento
48 nesse ano, mas sim de apresentação do relatório para o Conselho. A partir de 2019 já terá o mínimo de



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

49 variáveis Estaduais a serem cumpridas e a partir daí já será possível contar com o atual relatório quais são as
50 principais dificuldades encontradas para os próximos anos do PROGESTÃO. Em seguida a Sra. Lívia Soalheiro
51 falou que iria passar para o Plano de Capacitação e que a Sra. Elaine Costa iria ajudá-la na apresentação. O Sr.
52 José Paulo comentou que seria bom colocar no relatório se estava bom ou ruim o monitoramento das águas
53 e a Sra. Lívia Soalheiro explicou que após a reunião iria fazer modificações na apresentação e no relatório, e
54 que faria um destaque no item de monitoramento. Em seguida, a Sra. Lívia Soalheiro explanou sobre o
55 Panorama Estadual do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que é composto por 9
56 (nove) regiões hidrográficas e que a cobrança está implantada e atualizada nas 9 (nove) regiões, tem 4
57 (quatro) instrumentos equiparados a planos de bacias que são os Comitês, e, ainda, que tem alguns trechos
58 de rio enquadrados na RH II que até o ano de 2016 o CNARH contava com 2.712 (dois mil, setecentos e doze)
59 usuários cadastrados e que a legislação está em constante atualização, pois o Conselho é muito ativo neste
60 ponto. Explicou que o Plano Estadual de Recursos Hídricos foi aprovado em 2014 e que consideram a divisão
61 hidrográfica atualizada, pois foi aprovada no plano, porém com um sistema de informação ineficiente.
62 Explanou sobre o monitoramento de qualidade e quantidade de água existente, com 45,16% da demanda
63 outorgada, e neste caso o dado é de 2016, sendo o último dado colocado no relatório do PROGESTÃO. O Sr.
64 João Siqueira questionou se não seria mais correto dizer que o monitoramento, a qualidade e a quantidade
65 das águas não estavam completos, e a Sra. Lívia Soalheiro esclareceu que nem toda a cobertura do Estado
66 do Rio de Janeiro está contemplada dentro deste monitoramento e que isso também será destacado no
67 relatório. Dando continuidade a apresentação, a Sra. Lívia Soalheiro disse que 5 (cinco) regiões hidrográficas
68 são atendidas com programas de pagamentos por serviços ambientais. Falou, também, que os desafios do
69 SEGRH são: Fortalecer os instrumentos de caráter democrático na gestão das águas, permitindo a maior
70 participação dos interessados no processo de decisão; buscar soluções para a implementação dos Sistemas
71 de Informações; otimizar o processo de outorga e buscar melhorias para a manutenção do monitoramento
72 quali-quantitativo de água; modernizar os instrumentos de gestão com a adoção de princípios, como
73 descentralização, transparência e participação popular; e ter uma multiplicidade de agentes capacitados,
74 afim de mitigar os conflitos provocados pelo processo de decisão. O Sr. Humberto Albuquerque questionou
75 por que as informações apresentadas eram de 2016 e não de 2017, e a Sra. Lívia Soalheiro explicou que o
76 relatório do ano de 2017 seria aprovado nesta reunião e por isso os dados eram de 2016. Falou sobre as
77 motivações do Plano de Capacitação, que são: Empreender ações continuadas de capacitação conjugadas
78 aos desafios do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, facilitando o alcance das metas, a efetiva melhoria
79 dos serviços prestados pelo Sistema; e permitir a oferta de formação em escala, reduzindo o custo por
80 beneficiado e otimizando o resultado das ações empreendidas, e o cumprimento da Meta do PROGESTÃO. A
81 Sra. Lívia Soalheiro apresentou o histórico do Plano de Capacitação para o Sistema Estadual de
82 Gerenciamento de Recursos Hídricos no CERHI-RJ e informou sobre os eventos e reuniões que foram
83 realizados, conforme a seguir: dia 23/01/2018 foi realizado o Workshop preparativo para elaboração
84 do Plano de Capacitação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos capacitação para o
85 CERHI-RJ e SEA/INEA; dia 27/03/2018 foi realizado a apresentação da proposta de plano de capacitação e do
86 PPA para o GT PROGESTÃO; no dia 02/04/2018 ocorreu a apresentação prévia do plano de capacitação para
87 o CERHI-RJ, SEA e INEA; e no dia 05/04/2018 foi encaminhado um e-mail solicitando as contribuições dos
88 membros do CERHI-RJ ao plano de capacitação apresentado, dando prazo até 11/04/2018 para o envio das
89 contribuições. A representante da SEA passou a palavra para a Sra. Elaine Costa (SEA) para apresentar as
90 etapas de construção do Plano de Capacitação do SEGRH com as propostas de capacitações de 2018 até
91 2021. O Sr. José Paulo comentou que sobre a capacitação não tinha mais o que discutir, e que tanto a
92 capacitação quanto o sistema de informação serão discutidos nas CTs e nos GTs com o INEA, porém de uma
93 forma muito mais ampla e não apresentando um relatório já pronto. O Plano de Capacitação foi colocado em
94 votação e em seguida aprovado; **b) Aprovação do Plano Plurianual de Investimentos.** A Sra. Lívia Soalheiro
95 explanou sobre a aprovação de PPA para os anos de 2018 a 2021. Informou que o crédito existente está
96 sendo usado para os projetos do PROGESTÃO, sendo uma parcela para o monitoramento. Falou sobre os



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

97 temas prioritários de proposição e que o entendimento foi que o Sistema de Informação é o grande gargalo.
98 Ressaltou que isso já estava sendo apontado há algum tempo, principalmente no sistema de outorga,
99 Monitoramento Quali-quantitativo, Hidrologia e Balanço Hídrico, e que a proposta é alocar recursos com o
100 objetivo de conceber e implementar um Sistema de Informação modular e integrador, que garanta a
101 unificação dos bancos de dados de Recursos Hídricos geridos pelo Inea e demais parceiros, com o foco
102 principal na outorga, monitoramento quali-quantitativo, hidrologia e balanço hídrico. Informou que o Plano
103 de Segurança Hídrica que tem como objetivo o desenvolvimento do Plano Estadual de Segurança Hídrica do
104 Estado do Rio de Janeiro de maneira modular contemplando os diagnósticos da situação da segurança hídrica
105 do Estado do Rio de Janeiro nos 3 (três) pilares de atuação: Garantia da Oferta Hídrica, Garantia da Qualidade
106 Ambiental e Proteção dos riscos associados as águas. Falou, ainda, do custeio de passagens, hospedagens,
107 capacitações e/ou eventos exclusivamente para atender as metas do PROGESTÃO com o objetivo de apoiar a
108 participação dos atores responsáveis pelos atingimentos das metas institucionais do PROGESTÃO em
109 capacitações e eventos que contribuam para o alcance dos objetivos das metas. A ideia é que o PROGESTÃO
110 tenha recursos para capacitações e eventos relacionados às metas do PROGESTÃO para que o Conselho
111 garanta uma participação. O Sr. José Paulo falou que tem que estar muito atento a tudo isso, pois o projeto
112 está sujeito a avaliação do Ministério Público e ressaltou que todos os gastos tem que ter um detalhamento
113 muito grande de cada ação, incluindo quanto custará. A Sra. Lívia Soalheiro falou que qualquer uso de
114 recurso é sempre aprovado por este Conselho. O Sr. José Paulo considera importante evoluir para um
115 acompanhamento mais detalhado e que, segundo ele, como isto nunca foi feito, tem que começar a ser
116 feito. Em seguida, a representante da SEA, explanou sobre os últimos temas prioritários, que são:
117 publicações (material informativo/educativo) com o objetivo de apoiar a elaboração e divulgação de
118 publicações que contribuam para a melhoria do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o Plano
119 de Capacitação que tem como objetivo apoiar a implementação das capacitações previstas no Plano de
120 Capacitação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Em seguida a Presidente do CERHI-RJ
121 colocou este item em votação e o mesmo foi aprovado por unanimidade. **c) Aprovação do formulário de**
122 autoavaliação das variáveis estaduais. A Sra. Lívia Soalheiro expos sua preocupação, pois o documento a
123 ser aprovado era bem extenso e devido o adiantado da hora iria levar mais tempo e que por esse motivo iria
124 otimizar a apresentação. Explanou sobre as variáveis estaduais, que são: 1.1) Organização Institucional: que
125 vai requerer se existe um órgão específico para a gestão de recursos hídricos; 1.2) Gestão de Processos: se
126 existe procedimentos internos específicos e claros no órgão gestor; 1.3) Arcabouço Legal: se existe um
127 conjunto de normas em constante atualização; 1.4) Conselho Estadual de Recursos Hídricos: saber se o
128 Conselho é atuante, se realiza reuniões, se é participativo; 1.5) Comitês de Bacias e outros organismos
129 colegiados: é saber se todos os Comitês são distribuídos ou não; 1.6) Agência de Água ou de Bacia ou
130 similares: fala sobre as questões da Entidade Delegatária. Neste caso, se a Agência de Água ou de Bacia ou
131 similares está exercendo plenamente as funções previstas na legislação, na maioria das bacias hidrográficas.
132 A Sra. Lívia Soalheiro explicou que tem entidades delegatárias em todas as regiões hidrográficas do
133 território e que elas exercem plenamente as atribuições que lhe foram estabelecidas. O Sr. José Paulo
134 perguntou sobre o problema ocorrido com o CBH Lago São João e a Sra. Lívia respondeu que este problema
135 foi resolvido e que o mesmo foi abordado no relatório do ano passado, dizendo que existia um problema e
136 que as pendências estavam sendo solucionadas. O Sr. José Paulo questionou se não caberia colocar no
137 relatório que este problema foi sanado e que achava importante dizer que foi superado. A Sra. Lívia falou
138 que iria colocar esta observação no documento; 1.7) Comunicação Social e Difusão de Informações: não
139 existe um plano de informação social para o sistema, e que esse é um tema que será trabalhado para o
140 futuro mais que não é uma prioridade; 1.8) Capacitação: é o plano de capacitação; 1.9) Articulação com
141 setores usuários e transversais: é questionar se existe articulação no setor de usuários e transversais com a
142 gestão de recursos hídricos, ressaltando que existe sim, não sendo das melhores mas existe; 2.1) Balanço
143 Hídrico: é a existência do balanço hídrico, sempre com base no Plano Estadual; 2.2) Divisão Hidrográfica: se
144 existe uma divisão hidrográfica atualizada e isto sempre foi respondido com base no plano estadual; 2.3)



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

145 Planejamento Estratégico: muitas vezes existe um planejamento tático e operacional aprovado para orientar
146 as ações da administração pública na área de recursos hídricos. Existe uma exigência para o cumprimento
147 desta meta; 2.4) Plano Estadual de Recursos Hídricos: o plano está atualizado com mais de 30% com as ações
148 implementadas. 2.5) Plano de Bacias: são os planos de bacia vigente em mais de 75% do território; 2.6)
149 Enquadramento: existência de alguns portos hídricos superficiais ou subterrâneos enquadrados; 2.7) Estudos
150 Especiais de Gestão: nesta variável é colocado toda e qualquer estudo que vai auxiliar na gestão; 3.1) Base
151 Cartográfica: para ter uma base cartográfica 1 para 50.000 e 1 para 25.000 que é o que se tem disponível no
152 INEA. O Sr. José Paulo falou que o BDE é a espinha dorsal do desenvolvimento do Sistema de Informações,
153 mas que ele incluiria também o Siga Ceivap, pelo menos para os Comitês afluentes como o CBH Paraíba do
154 Sul indo afluente ao CBH Guandu. A Sra. Lívia falou que iria fazer essas duas inclusões; 3.2) Cadastro de
155 Usuários, Usos e Interferências: se existe cadastro de usuários maior que 50% do universo de vazões
156 estimadas. A estimativa é que esse cadastro atinja 80% das vazões estimadas no Plano Estadual; 3.3)
157 Monitoramento Hidro meteorológico: existem medições e estações instaladas e isso corresponde a mais de
158 50% da rede planejada; 3.4) Monitoramento de Qualidade de Água: existe um monitoramento da qualidade
159 com análises laboratoriais revisadas pelo INEA; 3.5) Sistema de Informação: existem informações em bancos
160 de dados individuais e que esses bancos de dados não tem nenhum tipo de comunicação entre eles. Existe o
161 acesso a dados brutos através de links, como por exemplo, o alerta de cheia, mas que é importante sim um
162 sistema de informação; 3.6) Pesquisa, desenvolvimento e Inovação: se existem algumas ações financiadas no
163 sistema voltados para apoio a pesquisa científica, das quais fazem parte de um programa de
164 desenvolvimento. Essas ações existem sim e fazem parte de um programa de desenvolvimento de alguns
165 comitês, mas que não existe um programa Estadual de apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação na
166 área de recursos hídricos; 3.7) Modelos e Sistemas de Suporte à Decisão: existem modelos e sistemas de
167 suporte à decisão sim, os quais estão interligados as rotinas operacionais e aos processos gerenciais do órgão
168 gestor; 3.8) Gestão de Eventos Críticos: se existe infraestrutura, procedimentos e planejamento na gestão de
169 eventos críticos. Há infraestrutura, procedimentos e planejamento, principalmente no sistema de alerta,
170 radares meteorológicos e controle de cheias; 4.1) Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos: há a
171 emissão de outorga para mais de 50% da demanda estimada. Essa afirmativa é positiva, pois foram feitas
172 com base nos registros feitos do CNARH até dezembro de 2018; 4.2) Fiscalização: se existe uma fiscalização
173 específica para a área de recursos hídricos. Essa fiscalização não existe, pois o órgão é integrado a ações
174 planejadas de forma específica, mas não é feita uma fiscalização só para recursos hídricos; 4.3) Cobrança:
175 ressalta o aumento do PPU em 100% dos comitês em todas as regiões hidrográficas; 4.4) Sustentabilidade
176 Financeira: se existem fontes próprias para o sistema de gestão de recursos hídricos; 4.5) Infraestrutura
177 Hídrica: se a área de recursos hídricos tem interferência, participação e influencia na gestão de infraestrutura
178 hídrica. Existe o diálogo e interferência sim na área de infraestrutura hídrica; 4.6) Fundo Estadual de
179 Recursos Hídricos: fundo criado para dar suporte financeiro, de custeio e investimento, ao sistema estadual
180 de gerenciamento de recursos hídricos. O FUNDRHI é operante e a aplicação de seus recursos respeita os
181 processos e instrumentos de gestão de responsabilidade do sistema estadual de recursos hídricos; 4.7)
182 Programas e Projetos Indutores: Voltado para PSA. Se existem programas e projetos indutores na gestão de
183 recursos hídricos em determinadas regiões de bacias hidrográficas. Cita que existem programas sendo
184 realizados em 5 (cinco) das 9 (nove) regiões hidrográficas. A Sra. Lívia Soalheiro falou sobre o incentivo fiscal
185 e o Sr. José Paulo comentou que incluiria sobre propor incentivos neste item. A Sra. Lívia Soalheiro encerrou
186 a apresentação como resumo do relatório. A presidente do CERHI-RJ colocou em votação a aprovação do
187 formulário de autoavaliação das variáveis estaduais, sendo aprovado por unanimidade. **Encaminhamentos:**
188 **1)** O Sr. João Siqueira propôs que o GT PROGESTÃO mude urgentemente de grupo de trabalho para grupo de
189 acompanhamento; **2)** A Sra. Maria Aparecida Vargas lembrou que existe uma demanda urgente do Conselho
190 que é realizar a revisão do Regimento Interno e será feito em breve; **3)** A Sra. Maria Aparecida Vargas propôs
191 que antes dos assuntos com as aprovações de recursos serem levados diretos a Plenária, deveria haver uma
192 reunião com os coordenadores das CTs para posteriormente ser apresentado em conjunto e aprovado no



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

193 Conselho. E não havendo mais nada a tratar, a Presidente do CERHI-RJ, Sra. Maria Aparecida Vargas,
194 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 26ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de
195 Recursos Hídricos – CERHI-RJ, às 13h 16min.

196

Maria Aparecida Pimentel Vargas
Presidente CERHI-RJ

Friedrich Wilhelm Herms
Vice Presidente CERHI-RJ

Eliane P. Barbosa
Secretária Executiva CERHI-RJ

Apno./Blfs./Fwh./Lsr. – 19/06/2018